

# SUMÁRIO

<b>PARTE I – DIREITO FINANCEIRO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira .....	4
1.2.1 Serviços públicos .....	5
1.2.2 Poder de polícia .....	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico .....	15
<b>2 DIREITO FINANCEIRO</b> .....	<b>17</b>
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro .....	17
2.2 Autonomia do direito financeiro .....	18
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	20
<b>3 DESPESAS PÚBLICAS</b> .....	<b>22</b>
3.1 Conceito.....	22
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	25
3.3 Classificação das despesas públicas .....	26
3.4 Execução das despesas públicas.....	27
3.4.1 Pagamento de precatório .....	31
3.5 Execução de despesas extraordinárias .....	41
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal .....	43

<b>4</b>	<b>RECEITAS PÚBLICAS.....</b>	<b>44</b>
4.1	Conceito.....	44
4.2	Classificação das receitas públicas .....	46
4.2.1	Receitas originárias.....	48
4.2.1.1	Conceito .....	48
4.2.1.2	Modalidades de receitas originárias segundo as fontes..	49
4.2.1.3	Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais .....	50
4.2.1.4	Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.....	52
4.2.1.5	Pedágio e sua natureza jurídica.....	56
4.2.2	Receitas derivadas .....	58
4.2.2.1	Conceito .....	58
4.2.2.2	Espécies de tributos .....	59
4.2.2.3	Princípios constitucionais tributários .....	59
4.2.2.4	Repartição das receitas tributárias .....	59
4.2.2.5	Regras concernentes à repartição das receitas.....	61
4.2.2.6	Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal .....	69
4.2.3	Multa .....	71
4.3	Compensação financeira.....	71
4.3.1	Generalidades.....	71
4.3.2	Sua instituição legal .....	72
4.3.3	Sua natureza jurídica .....	76
4.4	Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	79
<b>5</b>	<b>ORÇAMENTO .....</b>	<b>80</b>
5.1	Conceito.....	80
5.2	Natureza jurídica do orçamento .....	84
5.3	Processo legislativo .....	85
5.4	Aspectos políticos do orçamento.....	91
5.5	Aspectos econômicos do orçamento.....	92
5.6	Princípios orçamentários.....	93
5.6.1	Princípio da exclusividade.....	94
5.6.2	Princípio da programação .....	94
5.6.3	Princípio do equilíbrio orçamentário .....	95
5.6.4	Princípio da anualidade .....	96
5.6.5	Princípio da unidade .....	97
5.6.6	Princípio da universalidade.....	97

5.6.7	Princípio da legalidade.....	98
5.6.8	Princípio da transparência orçamentária.....	98
5.6.9	Princípio da publicidade orçamentária.....	99
5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos.....	100
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais.....	102
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal.....	103
5.6.13	Outros princípios.....	104
5.7	Leis orçamentárias.....	111
5.7.1	Orçamento plurianual.....	112
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	113
5.7.3	Orçamento anual.....	115
5.7.3.1	Orçamento autorizativo.....	117
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	122
5.7.3.3	Restos a pagar.....	129
5.7.3.4	Contingenciamento de verbas orçamentárias.....	134
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	137
5.7.5	Instituição de fundos.....	139
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade.....	143
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	150
5.8.1	Tipos de controle.....	156
5.8.1.1	Controle interno.....	156
5.8.1.2	Controle externo.....	158
5.8.1.3	Controle privado.....	160
5.9	Tribunal de Contas da União.....	162
5.9.1	Introdução.....	162
5.9.2	Composição.....	163
5.9.3	Atribuições.....	164
5.10	Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios.....	171
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	173
<b>6</b>	<b>CRÉDITO PÚBLICO.....</b>	<b>178</b>
6.1	Conceito.....	178
6.2	Evolução histórica.....	181
6.3	Classificação do crédito público.....	182
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	182
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada.....	182
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos.....	183
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	184
6.3.5	Classificação constitucional.....	186

6.3.6	Vinculação da receita de impostos .....	186
6.4	Crédito forçado .....	194
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário.....	194
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos.....	194
6.4.3	Papel-moeda.....	195
6.4.4	Inflação sistemática.....	196
6.5	Crédito voluntário .....	197
6.5.1	Prêmios de reembolso .....	198
6.5.2	Juros progressivos.....	198
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados.....	198
6.5.4	Títulos da dívida pública .....	199
6.5.5	Lotos.....	200
6.5.6	Conversão.....	200
6.6	Crédito público na Constituição Federal .....	201
6.7	Crédito externo. Considerações gerais .....	204
6.7.1	FMI e Birde .....	206
6.8	Dívida externa brasileira .....	207
6.9	Banco Central e finanças públicas.....	211
<b>7</b>	<b>DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....</b>	<b>215</b>
7.1	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Excertos.....	215
7.2	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 – Excertos .....	232
7.3	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.....	243
7.4	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	250
7.5	Resoluções do Senado Federal.....	262
7.5.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001 .....	262
7.5.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 .....	264
7.5.3	Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007 .....	288
7.6	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Excertos.....	297
7.7	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 .....	340
	<b>PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>343</b>
<b>8</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>345</b>
8.1	Evolução do fenômeno da tributação.....	345
8.2	Conceito de direito tributário .....	346
8.3	Autonomia do direito tributário.....	347
8.4	Relações do direito tributário com outros ramos do direito .....	348
8.5	Fontes do direito tributário.....	348

8.5.1	Fontes materiais .....	348
8.5.2	Fontes formais .....	349
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais .....	349
8.5.2.2	Leis complementares .....	350
8.5.2.3	Leis ordinárias .....	350
8.5.2.4	Leis delegadas.....	350
8.5.2.5	Medidas provisórias .....	351
8.5.2.6	Decretos legislativos .....	352
8.5.2.7	Resoluções.....	353
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais .....	353
8.5.2.9	Decretos .....	355
8.5.2.10	Fontes formais secundárias .....	356
<b>9</b>	<b>SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO.....</b>	<b>357</b>
9.1	Generalidades .....	357
9.2	Tributos .....	358
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica .....	358
9.2.2	Espécies de tributos.....	361
9.2.2.1	Impostos.....	361
9.2.2.2	Taxas .....	362
9.2.2.3	Contribuição de melhoria .....	364
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios .....	366
9.2.2.5	Contribuições sociais .....	367
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	370
9.2.2.5.1.1	Contribuições sociais de intervenção do domínio econômico .....	372
9.2.2.5.1.2	Contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas .....	376
9.2.2.5.1.3	Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública .....	381
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	382
9.2.2.5.2.1	Contribuições sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho .....	385
9.2.2.5.2.2	Contribuições sociais sobre o faturamento .....	397
9.2.2.5.2.3	Contribuição social sobre o lucro .....	409

9.2.2.5.2.4	Contribuição dos trabalhadores.....	414
9.2.2.5.2.5	Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos.....	415
9.2.2.5.2.6	Contribuição ao PIS/Pasep-importação e Cofins-importação.....	415
9.2.2.5.2.7	Contribuição do Funrural.....	418
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais n <sup>os</sup> 20/98, 45/04 e 47/05.....	421
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos.....	423
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação ...	433
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	435
9.2.2.5.6.1	Adicional da contribuição de risco de acidente do trabalho..	438
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	439
9.3	Competência tributária.....	442
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias.....	443
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar.....	444
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	447
9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade.....	448
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	451
9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva.....	452
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios.....	453
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	456
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica.....	458
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	458
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social.....	466
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido.....	469
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal.....	470
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	471
9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza.....	472

9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas.....	473
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos..	473
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas .....	475
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais .....	475
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	476
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	477
9.3.2.16.1	Princípio da razoabilidade .....	478
9.3.2.16.2	Princípio da eficiência.....	480
9.3.2.16.3	Princípio da segurança jurídica .....	480
9.3.2.16.4	Princípio da proteção da confiança .....	481
9.3.2.16.5	Do dever de pagar impostos .....	482
9.4	Impostos da União.....	485
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação .....	486
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	488
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados .....	503
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários .....	513
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	517
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas .....	521
9.4.7	Impostos extraordinários .....	522
9.4.8	Impostos inominados .....	522
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira .....	522
9.5	Impostos estaduais.....	527
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.....	528
9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação .....	537
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.....	584
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda .....	588
9.6	Impostos municipais.....	588
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.....	588
9.6.2	Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.....	596

9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel .....	603
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	603
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	610
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte ...	652
9.8	Lei Complementar nº 174, de 5 de agosto de 2020 .....	661
<b>10</b>	<b>LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>665</b>
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.....	665
10.1.1	Leis .....	665
10.1.2	Tratados e convenções internacionais.....	666
10.1.3	Decretos.....	668
10.1.4	Normas complementares.....	668
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária....	669
10.2.1	Vigência da legislação tributária .....	669
10.2.2	Aplicação da legislação tributária.....	669
10.2.3	Interpretação da legislação tributária.....	671
10.2.4	Integração da legislação tributária .....	672
<b>11</b>	<b>OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>677</b>
11.1	Definição e espécies.....	677
11.2	Elementos da obrigação tributária.....	678
11.2.1	Lei.....	678
11.2.2	Fato gerador.....	678
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador .....	680
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador.....	680
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador.....	684
11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador .....	685
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador .....	685
11.2.3	Fatos geradores confrontantes.....	686
11.3	Responsabilidade tributária .....	687
11.3.1	Princípio e requisitos.....	687
11.3.2	Responsabilidade dos sucessores.....	689
11.3.3	Responsabilidade de terceiros .....	692
11.3.4	Responsabilidade por infrações.....	697
11.3.5	Denúncia espontânea.....	700
<b>12</b>	<b>CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>701</b>
12.1	Conceito e natureza jurídica.....	701



12.2	Constituição do crédito tributário pelo lançamento .....	702
12.2.1	Lançamento direto .....	705
12.2.2	Lançamento misto .....	705
12.2.3	Lançamento por homologação .....	706
12.3	Suspensão do crédito tributário .....	709
12.3.1	Moratória .....	710
12.3.2	Depósito do montante integral do crédito .....	712
12.3.3	Reclamações e recursos administrativos .....	713
12.3.4	Concessão de liminar em mandado de segurança .....	713
12.3.5	Parcelamento .....	713
12.4	Extinção do crédito tributário .....	723
12.4.1	Pagamento .....	724
12.4.2	Demais modalidades .....	725
12.4.2.1	Compensação .....	726
12.4.2.2	Transação .....	730
12.4.2.3	Remissão .....	732
12.4.2.4	Prescrição e decadência .....	733
12.4.2.5	Conversão de depósito em renda .....	749
12.4.2.6	Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º .....	750
12.4.2.7	Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164 .....	750
12.4.2.8	Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória .....	751
12.4.2.9	Decisão judicial passada em julgado .....	751
12.4.2.10	Dação em pagamento em bens imóveis .....	752
12.5	Exclusão de crédito tributário .....	753
12.5.1	Isenção .....	753
12.5.2	Anistia .....	756
12.6	Garantias e privilégios do crédito tributário .....	757
<b>13</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>764</b>
13.1	Considerações gerais .....	764
13.2	Fiscalização .....	767
13.2.1	Sigilo bancário .....	771
13.3	Dívida ativa .....	778
13.4	Certidões negativas .....	780

<b>14</b>	<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>784</b>
14.1	Considerações gerais .....	784
14.1.1	Normas básicas sobre o processo administrativo .....	786
14.2	Processo administrativo tributário federal .....	787
14.3	Processo administrativo tributário estadual .....	797
14.4	Processo administrativo tributário municipal .....	801
14.5	Consulta em matéria tributária .....	803
14.6	Revisão judicial de decisão administrativa contrária à Fazenda .....	805
<b>15</b>	<b>PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>816</b>
15.1	Considerações gerais .....	816
15.1.1	Tutela de urgência .....	817
15.2	Execução fiscal .....	820
15.3	Ação anulatória em matéria fiscal .....	827
15.4	Ação de repetição de indébito .....	828
15.5	Ação declaratória em matéria fiscal .....	834
15.6	Ação de consignação em pagamento .....	835
15.7	Mandado de segurança .....	836
15.8	Medidas cautelares em matéria fiscal .....	842
15.9	Ação direta de inconstitucionalidade .....	843
15.10	Ação declaratória de constitucionalidade .....	848
15.11	Medida cautelar fiscal .....	850
<b>16</b>	<b>PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>852</b>
16.1	Ilícito tributário .....	852
16.2	Direito tributário penal e direito penal tributário .....	853
16.2.1	Representação fiscal para fins penais .....	858
16.3	Crimes tributários .....	862
16.3.1	Lei nº 4.729/65 .....	862
16.3.2	Lei nº 8.137/90 .....	863
16.4	Extinção da punibilidade .....	867
16.4.1	Retroatividade da lei benigna .....	867
16.4.2	Anistia .....	870
16.4.3	Evolução legislativa .....	875
16.4.4	Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo a qualquer tempo .....	876
16.5	A questão da prejudicialidade da ação penal .....	880
16.6	Considerações finais .....	882

<b>17 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>887</b>
17.1 Súmula vinculante .....	887
17.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	890
17.2.1 Súmulas vinculantes do STF.....	904
17.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....	906
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>917</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>921</b>